



É Dia De Feira: Jornalismo Cidadão na Feira de Santa Branca¹

Natalee Carolyne Neco de SOUSA²

Kátia Zanvettor FERREIRA³

Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP

Resumo

A proposta deste estudo foi mostrar, por meio de uma grande reportagem impressa, histórias de vida dos feirantes de Santa Branca, cidade do interior de São Paulo, situada no Vale do Paraíba. A feira livre acontece desde 1862 e, atualmente, é realizada apenas aos sábados, sendo o único comércio a céu aberto do município. Foram escolhidos três feirantes como personagens principais do projeto e, por meio de entrevistas, trabalhamos com o conceito de memória coletiva e história oral, abordando a história de vida de cada personagem e como é o trabalho de um feirante santabranquense no dia em que a feira acontece. Com o enfoque teórico, uma grande reportagem impressa dentro dos conceitos do Jornalismo Cultural descreve histórias de vida escondidas no dia a dia sobre os feirantes da cidade.

Palavras-chave: Feira Livre; Comunicação Regional; Cidadania; Memória Coletiva; História Oral.

Introdução

O hábito de frequentar as feiras livres no Brasil é uma tradição plantada pelos portugueses desde a época colonial. O primeiro registro brasileiro desta modalidade de comércio foi em 1711, quando o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, oficializou a feira livre na Praça XV, no Rio de Janeiro. De acordo com a pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Camila Aude Guimarães, a feira foi oficializada em São Paulo no ano de 1914, pelo Prefeito Washington Luiz P. de Souza, como forma de reconhecimento oficial de algo que já existia tradicionalmente na cidade, desde meados do século XVII. Em Santa Branca, cidade do interior de São Paulo, as feiras livres surgiram em 1862, segundo documentos do Acervo Municipal.

¹ Trabalho submetido ao XX INTERCOM 2015, na Categoria II 07 - Comunicação, Espaço e Cidadania. Esta pesquisa é um trabalho desenvolvido no LabCom Univap - Laboratório de Estudo, Pesquisa e Prática em Comunicação, Ciência e Sociedade na modalidade de Iniciação Científica, que também resultou em um projeto de conclusão de curso de uma das autoras, cuja temática é “Dia de Feira”, da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, sob orientação da Prof^a Dr^a Kátia Zanvettor Ferreira.

² Jornalista recém-formada pela Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP e pesquisadora vinculada ao LabCom Univap - Laboratório de Estudo, Pesquisa e Prática em Comunicação, Ciência e Sociedade, e-mail: ncs.neco@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP e pesquisadora vinculada ao pós-doutorado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo Científico (Labjor) na Unicamp, e-mail: katia.zanvettor@gmail.com.



Este estudo foi voltado às histórias de vida, ou seja, retratamos por meio de uma reportagem impressa com enfoque jornalístico cultural a vida de pessoas que encontraram na feira livre o sustento e, a partir do trabalho neste local, construíram família, plantaram e contribuíram para o movimento econômico, histórico e social do município.

Dessa forma, trabalhar com o conceito de memória coletiva e história oral, possibilitou que histórias de vida enriqueçam a cultura existente em diversas localidades. Explorar o contexto histórico do ambiente em que vivemos nem sempre é uma tarefa fácil. É preciso ter acesso a documentos, livros e outros meios que ofereçam o embasamento teórico e histórico de cada lugar, ambiente ou objeto. A história oral e a prática da memória coletiva possibilitam que histórias não constatadas em documentos, livros e outros meios, sejam revelados e repassados de geração a geração, permitindo reportar o que é histórico e cultural de uma determinada região.

Para a realização deste artigo, primeiramente, foi realizada uma pesquisa exploratória com o intuito de familiarizar-se com o objeto de estudo e visar respostas para os problemas propostos. Durante a primeira etapa do projeto, a pesquisa exploratória resumiu-se à observação do objeto de estudo, no caso, a feira livre de Santa Branca. Neste processo foram feitos levantamento bibliográfico, pesquisa documental por meio do acervo público da cidade e entrevistas com os personagens escolhidos para a grande reportagem impressa.

O levantamento bibliográfico ofereceu uma avaliação teórica mais profunda sobre o objeto de estudo. Ela foi feita por meio de consulta a livros específicos e artigos relacionados aos assuntos que englobam o projeto.

A pesquisa documental assemelhou-se ao levantamento bibliográfico. Podemos distingui-los pelas fontes, que na pesquisa documental, são diversas. A pesquisa documental permitiu uma melhor organização e interpretação do estudo.

Por fim, foram feitas entrevistas “in loco” com os três feirantes escolhidos como personagens da grande reportagem. São eles: Celyo Ishikawa, Santana de Fátima Bebiana da Silva e Valdinei Tarciso da Silva, além do historiador da cidade, Sarkis Alwan Ramos, e do atual fiscal da feira livre, José Augusto.

Uma grande reportagem impressa registrou a trajetória de vida de três feirantes de Santa Branca e a história da única feira livre do município. O objetivo da escolha desta modalidade foi criar um material de conteúdo jornalístico de cunho cultural que



contribuísse com o único veículo impresso do município, o jornal de pequeno porte “O Santabranquense”.

Com o foco nas histórias de vida e a trajetória de trabalho com a feira livre, relatadas pelos feirantes escolhidos como personagens, encaminhamos a matéria para uma grande reportagem impressa perfil, no formato de um tabloide com quatro páginas.

Desta maneira, além de escrever uma reportagem foi necessário especificar o gênero, já que são matérias sobre histórias de pessoas. Dentro do jornalismo, existe a reportagem perfil, texto que se direciona especificamente para descrever o perfil do personagem.

O importante ao final da reportagem perfil é quando as questões descritas interessem tanto o leitor quanto o próprio personagem em foco. Para isso, basta apenas transformar as memórias contadas em palavras fidedignas.

Os perfis também só podem elucidar, indagar, apreciar a vida num dado instante. São mais atraentes quando provocam reflexões sobre aspectos objetivos e subjetivos comuns à existência de todos nós. A meu ver, é i que se pode realmente conservar na memória. O restante empalidece com o tempo, ou adquire aquele tom desbotado típico das fotografias antigas. (VILAS BOAS, 2002, p.20)

História oral

Podemos entender que cultura oral é a vivência de um determinado indivíduo repassada de geração para geração. A história oral permite o esclarecimento por meio de informações relatadas acerca de um fato, no qual o sujeito esteve presente.

O esclarecimento e conhecimento de uma história do passado revelam-se pelas experiências vivenciadas por determinado sujeito. Por meio do entendimento relatado pelo indivíduo, será possível reconstruir, descobrir ou conhecer a história, seja de interesse público ou de um grupo de pessoas específicas.

Algo comum, por exemplo, no contexto familiar, a cultura oral repassada de pai para filhos, netos e assim sucessivamente, pode ser considerada a cultura oral de um determinado grupo de indivíduos. O sujeito terá conhecimento sobre sua origem histórica, as vivências daquelas pessoas que fazem parte do seu cotidiano e as experiências vivenciadas por elas, repassadas de geração em geração.

A técnica da entrevista possibilita essa reconstrução do passado e o contato imediato com aquele cuja memória, poderá relatar um determinado momento histórico marcante. No artigo de Alberti Verena, “O fascínio do vivido, ou o que atrai na história



oral”, é possível compreender a necessidade e importância da cultura oral. O autor relata que a história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades. Com a história oral não é diferente, uma entrevista de história oral tem uma vivacidade especial.

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida à – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. Ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem. (VERENA, 2003, p. 1)

Reforçando a importância da compreensão da historicidade, ressaltamos a utilização das fontes, são elas que nos oferece uma maior complementaridade no que diz respeito ao campo teórico e ao que vem sendo investigado. As fontes orais, aliadas a memória coletiva, são os principais documentos históricos neste trabalho.

No artigo de Giovanna de Aquino Fonseca Araújo, “Memórias e oralidade dos feirantes luso-brasileiros sobre seus respectivos lócus de trabalho diário: aspectos de identificação e valores concebidos por esses sujeitos na contemporaneidade” é defendido que o fenômeno histórico é uma coisa e as lembranças traduzidas na memória dos entrevistados sobre o fenômeno histórico é outra.

A relação estabelecida entre oralidade e memória é essencial, pois percebemos a representação das lembranças vividas sendo transformadas em experiências, tendo a oralidade como possibilidades de anúncio de fatos até então esquecidos e silenciados, formando dessa maneira, uma identidade baseada na memória e oralidade ou uma questão “identitária”, que a autora define como referências que podem ser expressas nas procedências regionais, étnicas, religiosas, políticas e entre outras.

Quanto à questão identitária estando relacionada à memória e a história oral, consiste no fato de sabermos que a História oral se desenvolveu na década de 1970 vinculada à problemática dos estudos das identidades. Percebemos, contudo a memória coletiva como configuração de formação de suas identidades. Nesse sentido a história oral é acima de tudo também social, construída a partir da relação identitária estabelecida entre os sujeitos por resultado de uma vivência culturalmente construída entre os sujeitos que tem lembranças comuns, e se estes possuem essas lembranças coletivas, o fazem necessariamente por fazerem parte de grupos sociais comuns, com aspectos sociais, simbólicos e materiais comuns, aspectos vinculados ao processo de identificação e construção dos sujeitos a partir do intermédio de experiências individuais refletidas no coletivo. (ARAÚJO, 2009, p. 3)



Memória coletiva

A comunicação por meio do resgate da memória dos indivíduos permite que o entrevistado volte no tempo para reconstruir o passado que, àquele cuja vivência possa esclarecer e, por meio desta recuperação individual, construir uma aproximação com a memória que marca o coletivo da sociedade. A recuperação da memória coletiva contribui no aspecto de esclarecer a veracidade das informações e os dois lados da história, ou seja, a história documentada em livros e outros meios de informação e, a história retratada por meio de um grupo de pessoas que vivenciaram determinado fato.

Segundo Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História. (SILVA; SILVA, 2006, p. 1)

Não seria possível trabalhar a memória como um documento histórico, ela deve ser utilizada pela ausência de tais informações documentadas a partir de um contexto, ou seja, a memória deve ser reconstruída sobre o que foi vivenciado pelo indivíduo no contexto a ser esclarecido. Ela deve ser baseada em vivências de um conjunto de lembranças que reconstruam o fato.

De acordo com o filósofo e sociólogo Maurice Halbwachs na década de 1920, ficou estabelecido o conceito de memória coletiva, no campo da Sociologia, acreditando que a memória é influenciada pelos quadros sociais que a antecedem e determinam.

Para Halbwachs (1990), uma questão fundamental acerca da memória coletiva, enquanto fato social seria a sua ancoragem para cada indivíduo. Para obter uma memória coletiva, segundo o autor, é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como dono exclusivo daquela memória.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão



sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS apud WEBER, 2010, p. 39.).

Em duas espécies de memórias, as lembranças se agrupam e o indivíduo participante, adota atitudes diferentes diante cada uma. As lembranças ligadas à personalidade e a vida pessoal são a primeira. A segunda destina-se às lembranças associadas à participação do indivíduo como membro de um grupo, contribuindo para “evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo”, conforme explica Halbwachs.

Concluimos por meio dessas teorias, que a memória construída no presente, a partir da história oral e da memória coletiva e não, necessariamente pela busca documental do passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, no nosso caso, podemos dizer que o jornalismo pode auxiliar na construção de memórias.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que se confundem. (HALBWACHS apud WEBER, 2010, p. 30).

A feira livre de Santa Branca

Segundo o Acervo Municipal de Santa Branca, a feira livre surgiu em 1862. Em seu início, o antigo mercado da cidade cedeu um galpão, conhecido como pátio do mercado, para a realização das feiras livres aos finais de semana. Na época, além dos produtos alimentícios, era comum a comercialização de galinhas, patos e outras aves, ainda vivos, devido à tradição de predominância rural. Era o início da cidade, então, a maioria dos clientes eram munícipes da zona rural que vinham uma vez na semana para realizar as compras.

O espaço era aberto e sujeito as mudanças climáticas, na qual os feirantes trabalhavam sem proteção ao sol ou chuva. Por isso, em 1928 foi construído um novo mercado com uma área coberta para abrigar os trabalhadores da feira livre. O espaço era maior, permitindo fluidez e melhores condições de trabalho para os feirantes da cidade.



Não consta em nenhum documento a data exata, mas com o desenvolvimento do município, a feira livre saiu do mercado e foi para a Rua Manoel Nunes de Souza, a conhecida, “rua da feira”.

O comércio já se mudou para o bairro conhecido como Praça do Rosário com o intuito de melhorar o espaço e após alguns anos, a Prefeitura decidiu voltar para a “rua da feira”, onde a feira livre é tradicionalmente realizada aos sábados das sete da manhã às treze horas.

A feira abriga diversas barracas com diferenciados produtos, entre eles estão à barraca do pastel, tradicional na maioria das feiras livres brasileiras, bancas de frutas das mais diversas, verduras e legumes, utensílios domésticos, brinquedos e barracas de flores.

Atualmente, são 28 barracas e, aproximadamente, 112 feirantes. De acordo com o fiscal da feira livre, José Augusto, para se registrar na feira livre, é necessário fazer um protocolo na prefeitura e pagar uma taxa mensal de acordo com a variação do metro quadrado da barraca. Não existe nenhuma política no município que discuta benefícios à feira e os feirantes. O único lucro que a prefeitura retira é o valor mensal das barracas. O que é vendido é exclusivo do feirante.

Os personagens

Foram escolhidos para serem os personagens da grande reportagem, três feirantes de Santa Branca. O primeiro, Valdinei Tarciso da Silva, é feirante há dez anos e tem uma banca de verduras. Não foi feirante a vida toda. Mas, sempre trabalhou na plantação e colheita de alimentos. Há dez anos, resolveu vender o que planta e segundo ele, seu salário é suficiente para sustentar a família e viver bem. “Sou muito feliz sendo feirante, a feira mudou a minha vida”, disse. Trabalhador, jeito simples e pele morena marcada do sol, Valdinei esbanja satisfação com o trabalho que exerce todos os sábados em Santa Branca.

Santina de Fátima Bebiane da Silva é feirante há 31 anos e trabalha com seu esposo Sérgio Takubo, que é feirante junto com ela, há 22 anos. Eles se conheceram há 25 anos e, começaram a trabalhar juntos. Vivem apenas da renda da feira e afirmam que apesar do sustento da família, depois de longos anos, o trabalho torna-se cansativo. Mas, é só chegar à feira e ver a satisfação dos clientes que esse cansaço vai embora.

O terceiro personagem, Celyo Ishikawa, nascido no Japão, veio para o Brasil com sua família há 60 anos para fugir das consequências da segunda guerra mundial.



Trabalhou a vida inteira como agricultor e há 25 anos está na feira de Santa Branca, com uma barraca de flores, sementes e feijão. Disse que aprendeu a falar português fluente na feira e como os demais feirantes, a feira é sua única fonte de renda. Celyo passa os dias da semana plantando o que vende sem sua propriedade particular.

Produções finais

A grande reportagem “Por trás das barracas, histórias despercebidas” resultou em três matérias perfis sobre a vida dos personagens feirantes, além de uma reportagem exclusiva sobre a feira livre do município. Reportagens que nos convidam a olhar o invisível e o que passa oculto no dia a dia. As pesquisas e posteriormente a escrita das matérias foram geradas após o entendimento prático das vertentes teóricas. Esse trabalho voltado para uma comunicação regional e que, contribuiu para o jornalismo cidadão da cidade de Santa Branca, não seria possível sem os caminhos que a história oral e memória coletiva nos possibilitaram.

Abaixo seguem as transcrições dos textos publicados no material gráfico do jornal como produto final.

Por trás das barracas, histórias despercebidas

Três feirantes de Santa Branca relatam trajetórias de vida até chegarem à feira livre e compartilham os anos de experiências dedicados a este comércio

Ele se chama Celyo Ishikawa e tem 69 anos. É feirante em Santa Branca. Nasceu em Shikoku Ehime Ken, província do Japão que fica a noroeste da cidade de Shikoku. Desembarcou em solo brasileiro para fugir das severas consequências da Segunda Guerra Mundial, 58 anos atrás.

Quando perguntado se sente saudades do seu país de origem, o japonês, com sorriso tímido, diz guardar com carinho apenas a recordação de suas brincadeiras de criança na neve. “Saudade eu tenho, mas não quero visitar lá. Queria ser brasileiro”, responde sem deixar dúvidas.

Com um português impecável, Celyo conta que aprendeu a pronunciar a língua madrasta de forma correta depois que começou a trabalhar na feira, há cerca de 30 anos. Só que até chegar à sua barraca de flores em Santa Branca, o japonês de alma brasileira viveu uma longa trajetória de trabalho. “Minha vida é uma novela. Só não matei, nem roubei. De resto, fiz um pouco de tudo”.



Quando saiu de Shikoku Ehime Ken, tinha 11 anos. Veio com os pais e os cinco irmãos, para tentarem uma nova vida. A Segunda Guerra Mundial acabou em 15 de agosto de 1945, ano em que Celyo nasceu. “Vivíamos o pós-guerra, né? Não tinha comida suficiente. Não é igual o Brasil, que você vai à bananeira e colhe. As terras são pequenas e infrutíferas”, descreve.

A família Ishikawa veio para o Brasil porque na época, um tio paterno de Celyo morava no Estado de São Paulo, na cidade de Valparaíso. Foram 364 famílias que embarcaram numa viagem de navio que durou 52 dias. Celyo recorda que não teve medo e aproveitou esse longo período para pescar.

Com 11 anos, abria mão de correr atrás de pipa para ajudar seu pai. No início, eles investiram na plantação de algodão e, anos depois, na plantação e colheita de verduras. O garoto japonês batia de porta em porta para vender as verduras e garantir o sustento da família.

Celyo cresceu, estudou até o Ensino Médio e começou a trabalhar com cultivo de flores e jardinagem. Casou-se com uma japonesa, estão juntos há 33 anos e são pais de gêmeos (Nancy e Caio de 29 anos). A providência do lar e os estudos dos filhos foram todos frutos do seu esforço.

Por causa do trabalho, a família percorreu diversas cidades do interior paulista. “Meu serviço era somente jardinagem oriental. Só que a gente faz, capricha e eles não pagam. Aí, decidi apenas cultivar flores”, explica o japonês.

Em 1989, quando Celyo trabalhava na cidade de Guararema, um amigo comentou que a feira livre de Santa Branca era uma das melhores da região e não tinha, até então, barraca de flores. Na mesma semana, visitou a cidade, entrou em contato com a prefeitura e teve o direito de obter sua própria barraca. Tornava-se, a partir daí, feirante registrado de Santa Branca. Surge a primeira barraca de flores da cidade e inicia-se uma nova etapa na vida de Celyo.

São 25 anos de história na feira livre e, hoje, o feirante vive apenas disso. Todos os dias ele acorda por volta das seis da manhã, caminha em seu sítio na zona rural santabranquense, começa a trabalhar e só termina quando o sol se põe.

O feirante diz que o lucro do trabalho era melhor anos atrás. Hoje, metade do que comercializa, sobra. Mas, mesmo com a diminuição das vendas, o feirante não se desanima. Celyo chega à feira todos os sábados às sete da manhã e conta que o que mais o motiva a trabalhar é encontrar os clientes e amigos. “Gosto de atender bem e agradar o freguês. Sem o freguês você não vive. Toda semana ele vem e pode virar seu amigo”.



Nas horas vagas gosta de ler revistas de samurais, em japonês. O único irmão de Celyo que mora no Japão vem visitar a família de três em três meses e traz revistas de presente. Além disso, Celyo cultivava um hábito peculiar. Desde os 17 anos, ele escreve um diário em japonês para lembrar o que foi vivido e para não esquecer a escrita de seu idioma oficial. “Conto tudo o que acontece comigo. Meu diário é enorme e faz muito bem pra mim. Os anos passam e está tudo anotado”.

Celyo afirma nunca ter ficado doente e quando perguntamos até quando ele pretende trabalhar, o japonês disse de imediato: até cair. “É cansativo, mas não pretendo deixar de ser feirante tão cedo”.

Na bagagem, trinta e dois anos de feira livre

Ela é Santina de Fátima Bebiana da Silva. Feirante em Santa Branca há 32 anos, local onde esbanja simpatia atrás de sua barraca de verduras. Por trás do sorriso e descontração, um relato de vida cheia de garra para driblar as dificuldades do dia a dia.

Dos 59 anos de idade, Fátima carrega 36 de trabalho com a feira livre. Nascida na cidade de Biritiba Mirim, interior paulista, começou a trabalhar na feira quando tinha 23 anos em sua cidade natal. Vinda de família humilde morava com os pais e dois irmãos. A família tinha uma plantação de arroz e feijão, e ela ajudava no trabalho todos os dias. A feirante relata que passou por dificuldades. A principal delas foi à falta de condições para estudar. “Estudei só até a terceira série. A gente morava num sítio e lá não tinha escola, precisava ir pra cidade e muitas vezes meu pai não conseguia nos levar para lá”, conta.

Aos 23 anos, quando iniciou o trabalho como feirante em Biritiba Mirim, começou a trilhar seu futuro. Na feira livre, Fátima estabeleceu vínculos especiais. No início do trabalho como feirante, Fátima conta que conheceu Sérgio Takubo, um japonês com o olhar escondido debaixo das abas do inseparável boné. Hoje, Sérgio é marido de Fátima. Casados há 25 anos, eles se conheceram na feira livre. “Na época, ele morava num sítio próximo a minha cidade. Ele ia à feira sempre. Eu o conheci através de uns amigos. Daí eu gostei dele”, lembra a feirante.

Em 1990, o casal oficializou a união. Desde então não se separaram mais. Fátima não tem papas na língua quando perguntamos se ela é feliz com a escolha. “A gente não escolhe, isso é sorte. Na época, ele tinha uma vida difícil, daí eu o conheci e



comecei a gostar dele. A gente não fala em amor hoje em dia, a gente diz apenas que gosta”.

Fátima e Sérgio tiveram duas filhas, uma de 23 anos e outra de 25. Recentemente, a mais velha presenteou os pais com uma netinha. Quando Fátima conta sobre a neta Nicole, de um ano, é visível a paixão na fala e no olhar.

Ao relatar sua história, a feirante dispõe de um vocabulário monossilábico no que diz respeito ao futuro e bons momentos que marcaram sua vida. As dificuldades que Fátima enfrentou para construir a família e se firmar no trabalho, mostram que nada foi fácil. Essa realidade torna-se mais clara quando a perguntamos se ela é feliz sendo feirante. “Olha, feliz a gente nunca é. A gente faz as coisas porque precisa mesmo. Hoje em dia, acho que não tenho sonhos”, afirma.

O casal conheceu a cidade de Santa Branca pela “boca do povo” como eles mesmos dizem. Há 32 anos conquistaram sua barraca e ali comercializam verduras e legumes. Os produtos são comprados em Biritiba e Mogi das Cruzes. A feira é o único sustento da família. “Eu escolhi a feira de Santa Branca para trabalhar porque diziam que comparada a outros lugares, a cidade era bem rica. Só que tem sido cada vez mais difícil o lucro. Eu continuo aqui porque eu preciso trabalhar para sustentar a família”, esclarece Fátima.

A feirante tem uma rotina simples. O casal ainda mora na cidade de Biritiba Mirim e se desloca para Santa Branca apenas aos sábados. Sérgio, nas horas vagas, gosta de pescar. Já dona Fátima diz que não faz nada de lazer. Paralelo às atividades na feira livre, ela se desdobra no trabalho doméstico e, além de cuidar da neta, também se dedica a cuidar da mãe que hoje tem 90 anos. “Não dá tempo de se divertir. Tenho que limpar a casa, lavar roupa e fazer comida para a minha mãe”, explica.

O lucro no trabalho com a feira livre tem sido desafiador. Ao longo dos anos, o movimento neste comércio vem diminuindo gradativamente. “Não dá para viver muito bem. O dinheiro é contado todo mês para pagar as contas”, acrescentou dona Fátima.

Quando questionados sobre o que os motiva a acordar cedo todos os sábados para se locomover à feira livre, a resposta foi uníssona, parecida com a motivação do Celyo da barraca de flores: o convívio com os amigos e clientes. “A gente acaba convivendo com várias pessoas. Tenho clientes que são fiéis até hoje. Muitas vezes você precisa ter paciência e ser uma pessoa legal, independentemente de qualquer coisa”, afirma Fátima.



Em meio à dura rotina e as dificuldades enfrentadas na vida, Fátima diz que não mudaria nada em sua história. A feirante leva a sério o compromisso firmado no casamento e o conceito de família. “Não adianta eu falar que não valeu à pena, porque não vou poder voltar atrás e nem quero. Quando você constrói uma família, não pode se desfazer dela de jeito nenhum. É para a vida toda”, ressaltou a feirante.

O cansaço de anos trabalhados neste comércio bate à porta. Diferente do feirante Celyo Ishikawa, Fátima não pretende ficar na feira até cair. “Para ser sincera, não pretendo ficar por muito tempo na feira. Espero me aposentar em breve. Depois de certa idade, a gente começa a cansar”, desabafa.

Fátima não vê esperança de uma realidade melhor por falta de incentivo, mas vê graça nas pequenas coisas. Ela mesma se define como “palhaça” e diz que adora conversar com todo mundo.

Ele trabalha para ver os filhos na universidade

Na contramão das histórias anteriores, está o santabranquense Valdinei Tarciso da Silva, de 39 anos. A barraca dele só vende alface. Alfices que ele próprio planta. Morador da zona rural de Santa Branca, sempre trabalhou com plantio.

Moreno por natureza carrega as marcas do sol na pele, comprovando os anos expostos ao sol na plantação. “Eu era plantador de eucalipto e mexia com madeira, chama-se de ajudante geral. Depois, fui trabalhar no plantio de verduras em chácaras da região”, conta.

Há dez anos, decidiu que seria feirante. Não usaria o tempo só para plantar e, sim, para plantar e vender. Até porque, Valdinei não planta em suas terras, então precisou garantir um lucro a mais. “Depois que comecei a vir para a feira, a minha vida mudou. Eu ia até comprar uma terra para plantar, já são seis anos que eu trabalho para o pessoal da chácara. Só que renovaram meu contrato por mais quatro anos, então tenho que continuar lá”, explica o feirante.

Valdinei é natural de Minas Gerais e chegou a Santa Branca com 18 anos, em 1994. Lembra que ao chegar ao Estado de São Paulo logo conheceu sua namorada. A união durou 12 anos e tiveram três filhos: Wesley (12), Jeniffer (10) e Caroline (4). Atualmente, Valdinei é divorciado e faz questão de ser um pai presente. Durante a semana, as crianças ficam com a mãe, mas o feirante não abre mão dos finais de semana com os filhos. “Sinto saudade deles. Gosto da bagunça quando nos juntamos”, conta emocionado.



Valdinei não hesita em dizer que seu maior sonho é ver os filhos na universidade. “Hoje, se eles não estudarem, não vão conseguir nada. Quero que eles tenham uma vida melhor do que eu tive”. O feirante estudou até a quinta série e ressalta que, a partir de 2015, deseja retornar aos estudos.

Wesley, o filho mais velho de Valdinei, ajuda o pai todos os finais de semana na feira livre. “Ele me ajuda muito aqui, graças a Deus. Sei que lá na frente ele vai valorizar todo esse esforço. Hoje, ele se dedica ao máximo na escola, só tira boas notas e participa da fanfarra da cidade”, relata orgulhosamente.

Satisfeito com sua barraca, Valdinei é um exemplo ímpar na feira livre de Santa Branca. Em meio às dificuldades do dia a dia, ele não pretende deixar a feira tão cedo, pelo menos até construir sua casa própria. “Eu gosto de trabalhar aqui e conviver com os amigos. Pretendo ser feirante até quando me mandarem embora. Espero que demore”, disse com sorriso no rosto.

Celyo, Fátima e Valdinei são pequenos reflexos de vida que quase ninguém vê. Uma vida que passa despercebida aos olhos de quem não se arrisca a conhecer o outro lado das humildes barracas. Essa vida que ninguém vê, apesar de simples, revela a persistência na luta pela sobrevivência.

A feira livre de Santa Branca

O primeiro comércio a céu aberto da cidade tem 152 anos de contribuição histórica e social no município

Para muitos, sábado é sinônimo de descanso e lazer. Para outros, é um dia comum de trabalho. Em Santa Branca, cidade do interior paulista, sábado é dia de feira. Segundo o historiador da cidade, Sarkis Alwan Ramos, a feira livre surgiu em 1862. No início, o antigo mercado da cidade cedeu um galpão, conhecido como pátio do mercado, para a realização das feiras livres aos finais de semana. Na época, além dos produtos alimentícios, era comum a comercialização de galinhas, patos e outras aves, ainda vivos, devido à tradição de predominância rural. Era o início da cidade, então, a maioria dos clientes era de munícipes da zona rural que vinha uma vez na semana para realizar as compras.

O espaço era aberto e sujeito às mudanças climáticas, onde os feirantes trabalhavam sem proteção ao sol ou chuva. Por isso, em 1928 foi construído um novo mercado com uma área coberta para abrigar os trabalhadores da feira livre. O espaço era maior, permitindo fluidez e melhores condições de trabalho para os feirantes da cidade.



Não consta em nenhum documento a data exata, mas com o desenvolvimento do município, a feira livre saiu do mercado e foi para a Rua Manoel Nunes de Souza, a conhecida “rua da feira”.

O comércio mudou em 2011 para o bairro conhecido como Praça do Rosário com o intuito de melhorar o espaço. No entanto, no final do mesmo ano, a Prefeitura decidiu voltar para a “rua da feira”, onde a feira livre é tradicionalmente realizada até hoje, aos sábados, das 6h às 13h.

Tradição

José Augusto de Oliveira, fiscal da feira livre do município há 14 anos, conta que o ambiente passou por mudanças significativas. “A maioria dos feirantes está desde o início, por isso eles sentem que ao longo dos anos o movimento diminuiu. Mas, isso é bem relativo. É como se fosse duas feiras fracas e uma lucrativa. Em Santa Branca, os supermercados, não afetaram o comércio. O munícipe ainda prefere esperar o sábado e obter os produtos frescos e confiáveis.”, relata José Augusto.

De acordo com o fiscal que chega ao local da feira todos os sábados às 3h30 da manhã para colocar o cavalete de desvio do trânsito, atualmente, são 28 barracas e aproximadamente, 112 feirantes. Para se registrar na feira livre, é necessário realizar um protocolo na prefeitura e pagar uma taxa mensal de acordo com a variação do metro quadrado da barraca. Atualmente, não existe nenhuma política no município que discuta benefícios à feira e aos feirantes. E, o único lucro que a prefeitura retira é o valor mensal das barracas. O que é vendido é exclusivo do feirante.

A feira tem barracas com diferenciados produtos, entre eles estão à barraca do pastel, tradicional na maioria das feiras livres brasileiras, bancas de frutas das mais diversas, verduras e legumes, utensílios domésticos, brinquedos e barraca de flores.

Para Sarkis, o historiador, a feira livre é uma tradição cultural no município, que não deve ser perdida, e resgatar seus hábitos e vivências são processos essenciais para a valorização histórica da cidade. “Antigamente, os hábitos eram outros. Eu lembro quando eu era pequeno e via o pessoal passar com galinhas vivas dentro das gaiolas, eu achava interessante levarmos aquilo vivo pra casa. Hoje, isso é atípico, as pessoas se assustam. Claro que os tempos mudaram e é necessário mais cuidado com certos produtos, hoje a maioria vem de fora. O importante é que as pessoas não percam o hábito de ir à feira”, afirma.



Todo o acervo municipal histórico da cidade está guardado na casa de Sarkis, que se tornou figura cultural do município.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, G. A. Q. **Memórias e oralidade dos feirantes luso-brasileiros sobre seus respectivos lócus de trabalho diário: aspectos de identificação e valores concebidos por esses sujeitos na contemporaneidade.** XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

KOTSCHO, R. **A prática da reportagem.** São Paulo: Ed. Ática, 1986. p 11-71.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Paris: Éditions Metailié, 1990. 54 p.

SILVA, K. V; SILVA, M. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo, 2006.

VERENA, A. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral.** Rio de Janeiro: CPDOC. 2003. p 1-4.

VILAS BOAS, S. **Perfis e como escrevê-los.** São Paulo: Summus. 2002. p 20-14-162.

WEBER, R; PEREIRA, E. **Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural.** Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT. 2010. p 30-39.